

POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS

MF CONSULTORIA EM SERVIÇOS IMOBILIÁRIOS

A MF CONSULTORIA EM SERVIÇOS IMOBILIÁRIOS, inscrita sob o CNPJ: 64.026.022/0001-03 valoriza a privacidade e a proteção dos dados pessoais de seus clientes, parceiros e usuários, comprometendo-se a tratar tais informações em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados.

Parágrafo 1. Dados Coletados

Coletamos dados pessoais fornecidos diretamente pelo titular, tais como: nome, telefone, e-mail e demais informações necessárias para atendimento, intermediação imobiliária e prestação de serviços.

Parágrafo 2. Finalidade do Uso dos Dados

Os dados são utilizados para:

- contato com clientes e interessados
- apresentação de imóveis e propostas comerciais
- envio de informações relevantes sobre oportunidades imobiliárias
- cumprimento de obrigações legais e contratuais

Parágrafo 3. Compartilhamento de Dados

Os dados poderão ser compartilhados, quando necessário, com parceiros, incorporadoras, instituições financeiras e prestadores de serviço, exclusivamente para viabilizar as atividades comerciais, sempre respeitando esta Política.

Parágrafo 4. Armazenamento e Proteção

A empresa adota medidas organizacionais e de segurança para proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, perda, alteração ou divulgação indevida.

Parágrafo 5. Direitos do Titular

O titular dos dados poderá, a qualquer momento, solicitar:

- confirmação da existência de tratamento de dados;
- acesso, correção ou atualização de informações;
- exclusão de dados, quando aplicável;

Parágrafo 6. Uso Responsável

A MF CONSULTORIA EM SERVIÇOS IMOBILIÁRIOS compromete-se a não utilizar os dados para finalidades diferentes das aqui descritas, salvo mediante autorização do titular ou obrigação legal.

Parágrafo 7. Contato

Para dúvidas ou solicitações relacionadas à privacidade e proteção de dados, o titular poderá entrar em contato pelos canais oficiais da empresa.

Parágrafo 8. Atualizações

Esta Política poderá ser atualizada a qualquer momento, conforme necessidade operacional ou alterações legais.

AMERICANA, ABRIL DE 2026